



**ARTIGOS**



## **Vivências Trans E Disputas Identitárias:**

**A Produção De Novos Enunciados Discursivos Em Torno Dos Gêneros E Das Sexualidades**

Késia Maria Maximiano de MELO, *Universidade Federal de Santa Maria*

**Resumo:** O presente artigo é fruto de reflexões em torno da chave das disputas identitárias, no âmbito das vivências de pessoas que dissidem de gênero e sexualidade. Para tal, parto de uma pesquisa que teve como objetivo central a compreensão do modo pelo qual as pessoas trans têm se apropriado de espaços online de interação a fim de fomentar debates políticos, e tecer redes de solidariedade e sociabilidade. Assim, parto da investigação da proliferação desses espaços, tomando como ponto de partida um grupo de uma plataforma online, (mas não permanecendo apenas nela), visto não somente o quantitativo de membros no grupo, mas, principalmente, as temáticas frequentemente discutidas e a participação ativa de um elevado número de participantes nas discussões. Utilizei-me da etnografia multissituada como aporte teórico-metodológico, especialmente no que diz respeito ao entrecruzamento entre as interações on e offline, tendo em vista que o acesso à novas possibilidades tecnológicas e a novos espaços de discussão, associada a transformações sociais e políticas tendem a modificar a forma com que as pessoas trans experienciam os sentidos atribuídos ao ser e se tornar pessoa trans.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria Queer. Pessoas Trans. Sociabilidades. Identidades.



*“não dou conta desses viados barbados de saia falarem que são trans e querem protagonismo na luta. Normalmente são homens que não precisam passar pela prostituição pra viver, que se montam em momentos específicos, e não vivem a transgeneridade no dia a dia, mulheres trans vivem a luta simplesmente por existir, não tem como esconder atrás de um terno a sua transexualidade quando bem entender. Essa luta é nossa se quiserem apoiar aceitamos, mas o nosso protagonismo ninguém tira. Oq vcs acham, meninas?” (Samanta, 26 de setembro de 2014)*

*amada, a luta é das pessoas que se consideram trans, se na nossa sociedade as pessoas cis<sup>1</sup> ditam o q temos q ser, elas nos acham doentes qndo elas resolvem defender a nossa causa acho valido elas tambem participarem pq se não aceitamos q elas digam qm somos acho justo que tambem não temos q dizer qm elas são, a luta eh de todos. (Uma das respostas nas interações do campo estudado)*

O tópico acima foi postado por Samanta, usuária ativa de um grupo de discussão de uma plataforma online, campo da pesquisa que subsidia as reflexões e apontamentos propostos ao longo deste texto. Com 36 respostas e 92 curtidas, o debate é tão acalorado quanto recorrente, no sentido de discutir sobre o que é ser pessoa trans, e sobre quais são as negociações necessárias para que, assim, elas possam se apropriar dos debates e dos espaços de luta de forma legítima.

Samanta se identifica como mulher transexual, tem 29 anos, mora numa cidade do interior de São Paulo, é membro ativo do grupo, e já participou de inúmeras reuniões em espaços oficiais de militância trans no Estado de São Paulo, mas mediante divergências políticas nos debates propostos nestes espaços, optou por não mais frequentá-los. Mobiliza diversos tópicos não somente neste mas em outros grupos criados para debates entre pessoas trans, e em grupos que julga que os debates não são produtivos, tenta “causar”<sup>2</sup>. Comenta que *“as lutas das meninas trans não avançam porque tem muita gente querendo se apropriar do debate, e onde muita gente quer tomar a frente e dizer o que fazer, tudo fica no*

<sup>1</sup> Abreviação de “Cisgênero”. Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012). O termo apareceu pela primeira vez em 2011, um texto da transfeminista Hailey Kass, no blog transfeminismo.com, e ganhou ampla repercussão por meio das mídias digitais. No ano seguinte, com contribuições das também transfeministas Viviane Vergueiro e Bia Pagliarini, o termo passou por algumas reformulações, principalmente baseando-se na linguagem e na linguística como ferramenta. Atualmente, é utilizado não somente nos debates transfeministas, mas também na esfera dos debates políticos e da academia.

<sup>2</sup> Provocar situações controversas.



*mais do mesmo*<sup>3</sup> e ainda, que não se importa de “dar ‘bafão’” *pra provocar quem realmente é trans participar mais ativamente da luta*”.

Samanta compõe um campo marcado por intensas negociações acerca do que é ser uma “mulher trans de verdade”. O campo constitutivo da pesquisa que dá origem às reflexões aqui propostas refere-se a uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo principal a compreensão dos modos pelos quais as pessoas trans vem se apropriando dos espaços online a fim de fomentar debates políticos e tecer redes de solidariedade. Assim, realizei uma etnografia multissituada, que compreendia como campo de imersão, num primeiro momento, um grupo de uma plataforma de interações online, e posteriormente, a própria plataforma, e interações em espaços offline decorrentes das interações iniciadas nesta dimensão virtual. Essas interações são realizadas por diferentes pessoas com múltiplas idades, regiões, gêneros, classes, entre outros.

A crescente criação de novos espaços de interação dentro do plataforma para discussões entre pessoas trans apontam que o número de grupos de discussão e páginas vem se expandindo de forma intensa, o que, provavelmente, acompanha o crescimento da adesão de perfis na plataforma, mas também aponta para o fato de que as pessoas trans têm procurado não somente aderir ao uso desses espaços, como criar novos, onde procuram expressar interesses específicos, gerar discussões políticas e, inclusive, mobilizar todo um aprendizado do “ser trans”, o que levanta uma discussão importante sobre identidades em disputa no campo das dissidências de gênero, chave que ancora as discussões propostas nesse artigo.

Vale salientar que o debate sobre os usos das mídias digitais para debates políticos vem se adensando nos últimos anos. Isso em muito tem a ver com os avanços tecnológicos e a criação de novas formas de uso deles, no entanto, não deve ocorrer sem levar em consideração um recorte temporal.

---

<sup>3</sup> Fala retirada de conversa privada, no dia 12 de outubro de 2015



## **Rupturas E Permanências – Ou Sobre O Que É Ser Trans De Verdade**

Diferentemente do que etnografias sobre travestis, por exemplo, realizadas entre os anos de 1993 e 2012 mostram (SILVA, 1993; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2009), a “esquina”, como espaço de prostituição e sociabilidade, deixa de ser o único lugar onde travestis desenvolvem um senso de pertencimento (PELÚCIO, 2009, p. 70). Espaços como a escola (MONZELI, 2013), por exemplo, passam a compor o lócus de participação desse segmento. Isso se deve às ainda escassas, mas não mais inexistentes, políticas públicas de acesso e exercício da cidadania.

A partir dos primeiros anos deste século, pautas reivindicatórias em torno das questões de cidadania começaram a ganhar visibilidade dentro e fora do movimento LGBTQI+<sup>4</sup>, não mais pela pauta da saúde, sobretudo da prevenção em IST e aids, como assistiu-se no Brasil durante os anos de 1990, mas pela via da educação e da justiça. Tomo como marco o ano de 2004, quando da implementação do programa do Governo Federal Brasil sem Homofobia, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Talvez uma das mais efetivas ações do Programacen tenha sido a promoção da I e II Conferência Nacional LGBT, em 2008 e 2011, respectivamente, reunindo um grande número de ativista e militantes, além de pessoas vindas da academia, de outros movimentos sociais e atraindo interesse da grande mídia, e produzindo visibilidades que trazem o debate para a cena no interior e fora do próprio segmento.

A estratégia utilizada por diversas pessoas que disparam as discussões, assim como Samanta, para incentivar as mulheres trans a se inserirem nos debates sobre direitos e cidadania é o que tomo como ponto de partida para essa reflexão. Quando perguntada sobre quais os critérios que ela utiliza para delimitar quem é pessoa trans e, portanto, pode debater em grupos sobre pessoas trans na plataforma no qual a pesquisa foi realizada, ela me responde:

---

<sup>4</sup> O termo refere-se às orientações sexuais e de identidades de gêneros não normativas. Vale ressaltar que a sigla passa por constante processo de debate, reelaboração e ressignificação.



*querida, não tem como ser trans se nunca foi pra rua viver como trans, apanhar da política [leia-se polícia], se não foi expulsa de casa, se não se preocupa com corpo e não põe peito... essas são as pessoas que eu espero que lutem e se posicionem nos debates, tem muita bichinha para acabar com a nossa luta. (Trecho retirado de conversa privada).*

O discurso de Samanta traz uma marca geracional da travestilidade, na qual as fronteiras entre experiências identitárias pautadas em expressões de gênero pareciam mais rígidas<sup>5</sup>. Nos 40 anos recentes, sobretudo com a entrada de homens transexuais no movimento, essas distâncias passaram a ser questionadas e mesmo desafiadas, o que possibilitou que se criassem alianças pautadas pelas semelhanças de experiências. Ao mesmo tempo, esses espaços de negociação de identidades tornaram-se mais vigiados e disputados. Assim, as considerações de Samantha encontram ecos na fala de várias outras mulheres trans (travestis e transexuais) que compuseram este campo.

A semelhança de vivências em espaços como os de prostituição, bem como nos processos de transformações corporais e de ruptura/fragilidade com os vínculos familiares, afetivos e sociais marcam boa parte das experiências que algumas mulheres trans expõem, e também está presente em diversas etnografias com grande visibilidade nos espaços acadêmicos, especialmente naquelas que se referem a vivências de travestis (KULICK, 1998; PERES, 2005; BENEDETTI, 2005; PELUCIO, 2009).

Outra característica marcante, amplamente discutida em pesquisa como as de Marcos Benedetti (2005), gira em torno da transformação dos corpos. Em sua pesquisa com travestis, o autor afirma que elas buscam, em todo o seu processo de transformação, aquilo que chamam de feminino, considerando que essa concepção de feminino está orientada por valores e práticas mais diversas, especialmente no que diz respeito ao corpo e aos seus usos. Mesmo com essas buscas plurais, o pesquisador identifica a busca de um hiper feminino, do ser “mulheríssima” (BENEDETTI, 2005) como elemento comum nessas construções estético-morais (PELÚCIO, 2009). Nessa pesquisa, encontrei diversas pessoas que se identificavam como travestis, e não encontravam necessidade de

---

<sup>5</sup> Refiro-me a travestis, mulheres transexuais, homossexuais que adotam estilo *camp* e que se montam ocasionalmente.



compor uma corporalidade completamente feminina, manipulando os símbolos de um binarismo posto, numa tentativa de transitar e de utilizar-se dele para rompê-lo, o que em muitos debates, não é aceito como legítimo.

Se partirmos da compreensão de que há margens nos centros e centros nas margens, e de que as práticas classificatórias predisõem relações de poder, o processo de construção tanto da identidade quanto da diferença acontece por meio simbólico e discursivo (HALL, 2006). Nesse sentido, é imprescindível que pensemos sobre quais mecanismos são acionados nos discursos que reiteram as normas e identificar se quando há um rompimento é pela criação de novos processos normativos. Nessa direção, ainda que as vivências trans sejam predominantemente marcadas pelo borramento das fronteiras das normas hegemônicas de gênero (PELÚCIO, 2009), a legitimidade de algumas categorias dessas vivências automaticamente deslegitima outras que não se enquadrem nesses padrões, o que acaba por construir normativas de vivências trans numa dinâmica de identidade e diferença, o que evidencia relações de poder.

Esses processos normativos são naturalizados constituindo uma concepção de travestilidade e de transexualidade informada por discursos patologizantes das ciências médicas e psi (LEITE JR., 2011) que se vulgarizaram e passaram a informar de maneira difusa as percepções de senso comum sobre os gêneros e as sexualidades. As pessoas trans não estão imunes a esses discursos, o que implica, por vezes, na não legitimidade de “categorias” que não foram catalogadas a partir desses referentes, tendo em vista a produção de identidades contemporâneas, a maneira como elas são interpretadas e constantemente recriadas.

Judith Butler (2003) constrói sofisticada argumentação mostrando como esses borrarmentos no campo do gênero incidem na definição do que é ser humano. O gênero é, portanto, um operador de desigualdade a partir do qual se produz discursos que prescrevem como os sujeitos devem pensar e agir para serem reconhecidos como tal, para ter sua ontologia reconhecida.

As falas de Samanta anunciam que os binarismos dos símbolos e da corporalidade do que se entende por masculinidade e feminilidade



marcam lugares de enunciação numa dinâmica em que se, supostamente uma mulher trans reivindica esse lugar de reconhecimento, este só será legítimo se reproduzir os discursos essencializados sobre gênero e incorporarem os signos que marcam uma feminilidade tida como hegemônica. Ao performatizar esses símbolos de forma a desafiar os binarismos de gênero, essas mulheres a quem Samanta pejorativamente chama de “bichinhas”, mostram que é possível ser trans sem estar, necessariamente, cumprindo as exigências da matriz heterossexual que pauta a inteligibilidade dos gêneros a partir de uma equação simplificada na qual sexo, gênero e desejo aparecem alinhados e ordenados de modo que a genitália já anuncia por si um comportamento e um desejo bem dirigidos para a reprodução dos binários rigidamente delimitados e da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p.38).

É na tensão/reiteração entre os elementos heterogêneos do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2005) que essas identidades são construídas. Entendendo o dispositivo da sexualidade uma rede de saberes-poderes que atua sobre os corpos e populações e produz normatizações e normalizações de modos de vida, ele estabelece, a partir de tipologias médico-científicas, psicológicas e jurídicas, as margens nas quais transitará aqueles que subvertem suas lógicas de poder. Nesse sentido é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência (BUTLER, 2003, p. 38), sem deixar de considerar que a identidade se produz na diferença (HALL, 2000), visto que é um significado cultural e socialmente atribuído.

Partindo de outro contexto, Butler trava uma discussão sobre identidade e reconhecimento, pensando justamente nas recusas ontológicas que recaem sobre certos sujeito cujas experiências são fortemente marcadas pelos enfrentamentos com a normas binárias de gênero. Nas palavras dela:

Alguns humanos não são reconhecidos como humanos e isso os conduz à outra ordem de vida inviável. Se parte do que o desejo procura é obter reconhecimento, então o gênero, na medida em que animado pelo desejo, buscará também reconhecimento. Mas se os projetos de reconhecimento que se encontram à nossa disposição são aqueles que “desfazem” a pessoa ao conferirlhe reconhecimento, ou que a “desfazem” ao negar-lhe reconhecimento, então o reconhecimento se converte em sede de poder, mediante a qual se produz o humano de forma diferencial; Isso significa que à medida que o desejo esta implicado com as normas sociais, se encontra



ligado com a questão do poder e com o problema de quem reúne os requisitos daquilo que se reconhece como humano e quem não. (BUTLER, 2006, p. 15)

Nessa dinâmica, para ter uma vivência tida como legítima, é necessário estar dentro da norma, o que denuncia a evidência da construção de um “outro”, e conseqüentemente, produz exclusões e violência – ainda que nesse caso, simbólica.

Desse modo, percebo uma permanência do que se entende por legítimo no contexto de mobilização política de pessoas trans, a partir da pesquisa de Carvalho (2011). De acordo com o autor, no cenário político, coloca-se uma tensão entre as identidades coletivas.

Por um lado, uma argumentação de que “não se é uma mulher transexual”, mas “uma mulher que vivencia a transexualidade”, possibilitou a reivindicação de algumas militantes para ocupar espaços políticos destinados às mulheres, hoje, reconhecidas oficialmente como tal, e chamadas pelo transfeminismo de mulheres cis. Por outro lado, houve o fortalecimento da política identitária de “ser travesti” e “ser transexual” pelos setores que permaneceram junto à ANTRA<sup>6</sup> e ao movimento LGBTQIA+ em geral. Essa posição tem por si só gerado conflitos em torno do que deve ser mais valorizado na constituição dessas identidades e, conseqüentemente, da pauta de reivindicações, uma suposta união em torno de uma nomenclatura única ou o respeito às identidades auto atribuídas e suas multiplicidades.

Em conversa informal, Samanta comenta:

*essas bichinhas se aproveitam de tanto tempo de luta das mulheres trans no movimento social, e ao invés de agradecerem as conquistas, fazem essa bagunça, desmoralizando as travestis (...) aí to vendo aí um monte de menina que so conseguiu chegar na universidade graças as lutas das minhas irmãs mas ao invés de fazer luta la dentro ficam brincando de ser travesti, travesti é coisa séria... e outra coisa, essas bichas vai brigar pelo que no movimento?? se elas nem sabem oq são,vão querer nome social? cirurgia? nao entendo pelo q estao brigando.<sup>7</sup>*

A estrutura de ação do Estado, a partir de políticas públicas mediadas por uma concepção de identidade, acaba por tencionar a fluidez

<sup>6</sup> Associação Nacional de Travestis e Transexuais

<sup>7</sup> Trecho retirado de conversa privada, em 22 de dezembro de 2014.



das experiências dos sujeitos, exigindo que eles estejam inseridos em categorias identitárias, e que tenham demandas específicas ao que se entende por destinado àquele seguimento. Quando Samanta se refere a outras pessoas trans como “bichinhas”, ela está claramente se dirigindo a uma nova geração de mulheres trans (refiro-me tanto a travestis quanto a transexuais).

Há cerca de duas décadas os espaços majoritariamente ocupados por travestis e muitas mulheres transexuais eram, sobretudo, aqueles não institucionais como os voltados para a prostituição rueira e as casas de cafetinas. Este quadro vem passando por paulatinas, mas contínuas mudanças. No atual cenário político brasileiro, no qual os ecos dos Programas que pretenderam promover políticas reparatórias e redistributivas<sup>8</sup>, tem reverberado, assistimos à implementação de políticas públicas específicas relativas a direitos sexuais e equidade de gêneros, especialmente em torno da educação e do acesso ao ensino superior, e ainda mais recentemente, a criação de programas destinados ao seguimento trans, como o Programa Transcidadania.

Esses acessos a bens e serviços são frutos de lutas que resultaram na reconfiguração do campo institucional. Se na década de 1990, as pessoas trans encontraram na luta de enfrentamento à epidemia da aids uma arena propícia de reivindicações, na primeira década deste século, acompanhamos uma flagrante migração de lideranças constituídas nas chamadas ONG/Aids para o hoje reconhecido Movimento LGBT.

Essa reconfiguração traz consigo a politização das identidades de gênero e acirra a disputa por direitos que avancem para além das questões associadas às doenças sexualmente transmissíveis e aids, de maneira que a própria demanda por saúde passa a ser em torno do acesso à tecnologias de saúde para adequação do corpo ao gênero pretendido; desdobrando-se em demandas no campo jurídico, como mencionado por Samanta quando se refere ao nome social; e mais recentemente abrange também às questões aos campos da educação e do trabalho formal. Somada a um cenário de intensas transformações políticas, econômicas e tecnológicas,

---

<sup>8</sup> A eleição do presidente Lula, em 2002, representou uma nova fase no que tange à participação social nas políticas públicas. Assim como a elaboração da Constituição foi um ponto marcante nesse processo, a chegada de Lula à presidência representou um fôlego no imaginário social.



há também as formas de negociações que as vivências trans têm tensionado.

Por outro lado, não é possível não mencionar o quanto a lógica identitarista e reformista de reivindicação de direitos ressalta debates permeadas pela moral, deixando em segundo plano as formas de violência administrativa e a, denunciada por Oliveira (2018), cumplicidade do Estado com determinadas formas de necropolítica trans.

## **Para Além Da Pista: Produção De Novos Enunciados Discursivos**

Tiago Duque (2009), em sua etnografia sobre montagens e desmontagens de travestis adolescentes, realizada na cidade de Campinas (SP), argumenta sobre o fato de que elas têm se utilizado de maneiras alternativas de manipulação dos corpos como forma de negociar a permanência em alguns espaços de sociabilidade, ao que chamou de “montagens estratégicas”. De forma geral, essas montagens ocorriam em momentos específicos, o que minimizava o estigma da participação em espaços como o ambiente doméstico ou a escola. Nessa pesquisa, me deparei com algumas experiências semelhantes, que desdobraram no acesso a espaços como a universidade e que repercutem diretamente nas formas de militância e nos debates políticos online, no entanto, não é possível afirmar que as pessoas trans que hoje estão na universidade são fruto somente de uma geração que pôde usufruir da ampliação do acesso às Instituições de Ensino Superior, via políticas públicas, ou que se utilizaram de outras estratégias de negociação da construção identitária. No entanto, esse cenário, tem viabilizado a visibilidade de experiências de pessoas que se autoidentificam como travestis, por exemplo, se inserirem em espaços acadêmicos.

A militância produzida dentro da academia vem trazendo novos discursos, a partir de novos vocabulários e novas corporalidades para o debate político, e tem possibilitado que não somente pesquisadoras/es discutam teoricamente essas experiências, como também que pessoas trans façam essa discussão agregando a essas reflexões de cunho acadêmico a dimensão subjetiva da vivência nas fronteiras do binário de gênero.



Para além disso, o contato com a academia tem fomentado diversos discursos em torno da não essencialização das identidades e vem trazendo para cena não somente novas formas de militância, como novos atores com novas formas de experiências trans. O que tem marcado essas experiências, portanto, é o recorte geracional e a incorporação e produção de discursos no qual as produções acadêmicas refletem nas falas reivindicatórias de modo que a própria militância, seja online ou nos moldes clássicos, se vê atravessada por essas elaborações ao mesmo tempo em que as informa a partir de questionamentos sobre algumas produções, como também pela a ressignificação de alguns conceitos ou o rechaço de outros.

Em conversa privada com uma mulher transexual que se afirma transativista<sup>9</sup> e que realiza postagens diárias em seu perfil pessoal mobilizando diariamente centenas de curtidas, compartilhamentos e comentários, fica evidente o quanto o fato de ter vivenciado o espaço acadêmico a impulsionou não somente a se posicionar politicamente, como a perceber a importância da militância em espaços que o movimento institucionalizado não alcança. No entanto, menciona as dificuldades de ser aceita por algumas pessoas trans por não ter tido vivências em espaços de prostituição, ou no movimento social por exemplo.

*Já fui excluída de dois grupos porque não concordo com essas falas essencialistas de algumas mulheres trans. Até me questionaram se sou realmente trans, ou somente um gay vestido de mulher. A sensação que tenho é que se não vivenciei a exclusão em espaços de sociabilidade, não posso ser transexual, o que é muito ruim, pq também sofro uma exclusão subjetiva todos os dias na empresa que trabalho, mas não sou compreendida e aceita entre os meus, mesmo assim acredito na minha luta, e sei que alcanço muitas pessoas com meus posts<sup>10</sup>.*

Se boa parte das pessoas vive sob a pressão constante das normas de sexo e gênero, é flagrante que dentro do que se entende como vivências fora da norma, criam-se novas normas, e quem rompe com elas em alguma medida, também encontra a necessidade de negociar. “O indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular” (BECKER, 2008, p. 41).

<sup>9</sup> Termo utilizado nos debates entre pessoas trans para referir-se a pessoas trans que fazem ativismo. Essa categoria é amplamente difundida nos espaços online, de modo que é marcada a partir da atuação nesse cenário.

<sup>10</sup> Trecho retirado de conversa privada, em 02 de março de 2015.



Assim, mesmo quando se pensa no desvio realizado secretamente na vida privada, ainda há um caráter social, pois inúmeros meios de comunicação podem fazer o papel da interação social, principalmente nos dias de hoje, com a popularização e o amplo acesso à internet. (CARVALHO, 2011).

Na sociabilidade e na participação de formas alternativas de militância em espaços online, a partir do campo desta pesquisa, muitas mulheres trans encontram o reconhecimento de seus lugares de fala e de produção de uma visibilidade para o debate. E essa visibilidade passa por fazer notar quem se é, e de onde se fala. Não encontrando espaço nas discussões propostas em grupos de maiores repercussões, há a criação de outros grupos, que giram em torno das mesmas temáticas, mas que, tomam outras experiências como ponto de partida.

Em outro grupo que pude acompanhar, os discursos sobre a não essencialização das identidades é o que norteia o debate. Pessoas que se autodenominam trans afirmam-se *genderqueer*<sup>11</sup>, ou ainda gêneros não-binários. Os debates no grupo são compostos por pessoas com idades que variam predominantemente entre os 15 e os 20 anos, e giram em torno da necessidade da incorporação de linguagens não-binárias ou neutras no que se refere ao gênero, experiências de uma corporalidade andrógina (que é possível ser visualizada em suas fotos nos perfis pessoais), e ainda debates que demonstram uma apropriação com termos como abjeção, performatividade e heteronormatividade, presentes no referencial teórico Queer.

Sobre esse grupo, Samanta comenta:

*Deus me livre dessas pessoas, imagina se eles começam a aparecer nas marchas ou nos ENTLAIDS<sup>2</sup>.... não vai ter política pra esse povo, eh muita bagunça, quem vai levar eles a serio???? eu não levo...<sup>13</sup>.*

Nessa direção é possível perceber que mesmo nas relações entre pessoas trans em espaços como plataformas de interação online, marcado pela autonomia dos discursos elaborados frente ao contexto da produção de conteúdo, a legitimidade de luta não passa apenas por se afirmar trans

<sup>11</sup> “É uma forma genérico que engloba uma grande gama de gênero de forma que a ser realmente diferente para cada indivíduo. Assim, cada pessoa que se define como *genderqueer*, se percebe com um gênero diferente dos já descritos por aí”. (Retirado de conversa privada com um dos membros do grupo, em julho de 2014)

<sup>12</sup> Encontro Nacional de Travestis e Transexuais

<sup>13</sup> Trecho retirado de conversa privada, em 22 de dezembro de 2014



e reivindicar um lugar, mas passa pela não legitimidade do discurso frente a algumas mulheres trans, visto não se sentirem pertencentes a uma subcategoria.

Se alguns discursos pautam-se no pressuposto de que somente a partir de uma identidade fixa e não binária é possível reivindicar um lugar no mundo, outros discursos reivindicatórios dizem exatamente o contrário, e é ao direito de existência mesmo diante do não pertencimento a categoria alguma que reivindicam estar.

Percebo que há associação direta entre pertencimento geracional e a desqualificação das posições de outras pessoas trans que desafiam esses lugares fixos de gênero e sexualidade, qualificados pelas mais jovens, sobretudo aquelas que estão mais próximas do ambiente acadêmico, como essencialistas. A reivindicação das pessoas trans não-binárias<sup>14</sup> apareceu na fala de algumas de minhas interlocutoras com mais de 25 anos como sendo “*coisa das novinhas querendo causar*”<sup>15</sup>. De acordo com o argumento de Samanta, não dá pra se dizer trans sem ter passado pela prostituição. Quando questionada sobre a autoidentificação de uma das participantes mais ativas do grupo, e que afirma ser travesti e nunca ter se prostituído, Samanta responde: “*Ah, mas a mona é rica.[...], se transformou há poucos anos.*” Nesse caso, a prostituição enquanto critério estabelecido para ser pessoa trans é relativizado, envolvendo marcadores de classe e geração.

A apropriação dos espaços online, e mais especificamente das mídias digitais, por parte das mulheres trans da chamada “Geração Y”<sup>16</sup>, tem inserido novos elementos nas vivências trans e causado uma série de disputas identitárias.

Se de acordo com Marcos Benedetti (2005), os contextos de prostituição deixam de ser considerados apenas como lugar de exposição,

---

<sup>14</sup> Padilha e Palma (2017), discutem que esse é um termo utilizado por pessoas que se nomeiam como fluídas, de modo que caracterizam-se e descaracterizam-se como homens, mulheres, ambos, outros ou nenhum. Colocam-se na perspectiva de um devir, de estar em trânsito, de estar disposto ao invés de posto.

<sup>15</sup> Retirado das respostas de um tópico do grupo da plataforma, em 02 de janeiro de 2015

<sup>16</sup> Atualmente na faixa dos 20 e poucos anos (nascidos entre 1980 e 1995), a chamada Geração Y é o grupo que foi concebido em uma era que já se mostrava diferente: cresceram e se desenvolveram em meio a uma ruptura da família tradicional, estabilização da democracia e chegada da era tecnocrática-digital. Para as travestis mais pobres, a experiência digital é incorporada mais recentemente do que para as mulheres transexuais de classe média, por exemplo.



exploração e violência, para serem compreendidos como importantes espaços de sociabilidade, para além de ser uma forma de conseguir dinheiro, os espaços de prostituição, nas vivências de mulheres trans (travestis e transexuais), também marcavam a construção e compreensão na manipulação de signos que compunham a constituição de uma feminilidade. Na experiência de várias meninas que acompanhei nessa pesquisa, o primeiro contato com técnicas de modificação corporal se deu em grupos da plataforma online.

Gisele tem 18 anos e reside numa capital do Nordeste. Atualmente cursa primeiro ano da faculdade de design numa universidade pública, e conta que somente após sair do convívio de uma família um tanto conservadora para estudar, conseguiu afirmar-se travesti. Suas montagens aconteciam “*entre quatro paredes e quase que cinematograficamente*”, e segundo ela, apenas nesses momentos conseguia sentir-se realmente satisfeita consigo mesma. Buscou os grupos no Facebook como forma de compartilhar vivências e apropriar-se de algumas técnicas de construção corporal, quando tomou conhecimento do uso dos hormônios.

Usuária assídua da plataforma, Gisele interage diariamente em diversos grupos e se diz incomodada com alguns debates aos quais participou:

*(...) na minha casa, era obrigada a ser um gayzinho, o que já não era fácil, fui em um evento trans e senti olhares preconceituosos pq não tenho um corpo como o delas, aqui no face quando posto dúvidas sobre o meu corpo me zoam, e ainda vem uma irmã dizer que não posso falar em lutas pq nunca sofri violência policial e nunca me prostituí... so quero saber em q lugar nessa vida eu vou me sentir a vontade (...) dizem q eu não soffro exclusão pq estou na universidade kkkkkk so eu sei oq eu vivo<sup>17</sup>*

Esse recorte trás para a cena a valorização que o espaço da rua tem nas experiências de ser e tornar-se pessoa trans, reiterando assim a lógica de que mulher trans, sobretudo aquelas que se entendem como travestis, têm que viver às margens e a partir delas se constituir como travesti.

Mesmo no contexto da plataforma, a construção do eu passa pela centralidade de uma corporificação imagética somada a uma textualização de vivências e posicionamentos políticos. De forma que os lugares de luta

<sup>17</sup> Retirado de um grupo no Facebook, em 14 de maio de 2015



acabam por reiterar normas, as mesmas que parecem oprimi-las. Nessa direção, os debates sobre o corpo e sobre os processos de exclusão vividos em campos sociais diversos acabam por balizar a compreensão sobre a forma pela qual os gêneros podem se tornar inteligíveis.

Os grupos de debate e articulação política nas interações online contam ainda com a participação de lideranças históricas do movimento de travestis e transexuais, no entanto essa participação é pouco visível. Não é possível afirmar se há pouca participação, pois, estar inserido na plataforma e não interagir também é uma forma de participar, mesmo que esta seja invisível publicamente. Tendo em vista que a dinâmica de funcionamento e interação por meio da plataforma possibilita comunicações privadas, além do fato que o que ocorre online pode repercutir fortemente off-line, sem que a discussão dê necessariamente na web. Normalmente, quando conflitos estão postos, norteados pelo debate sobre quais as vivências são legítimas ou não para os espaços de luta trans, algumas dessas lideranças se posicionam por meio de postagens, no sentido de mediar e afirmar que a luta é de todas as pessoas que se consideram trans, sem distinção. No entanto, de acordo com Carvalho (2011), dentro dos espaços de militância institucionalizada, as disputas são intensas e frequentes, especialmente no que diz respeito às categorias “travestis” e “transexuais” e seus usos políticos estão sempre presentes.

Historicamente, essas categorias protagonizam um debate no movimento trans que tem a ver não somente com as disputas identitárias internas ao movimento, mas também com a disputa por uma homogeneidade no que diz respeito às demandas, e conseqüentemente às lutas. De acordo com Carvalho (2011), algumas mulheres transexuais, por exemplo, ao realizar o processo de transgenitalização não se reconhecem mais como tal, e preferem inclusive sair do movimento, a fim de se invisibilizar diante da transição de gênero. Já algumas travestis não querem realizar o processo de transgenitalização como forma de afirmar uma resistência frente a lugar político mediante a norma regulatória de gênero. Esses lugares demarcam as reivindicações do movimento que desdobram na proposição de políticas a partir das demandas que acirram disputas na economia política das lutas identitárias.



Nessa ciranda virtual, emergem ainda os debates em torno das vivências trans masculinas ou de homens trans, que vêm se utilizando da internet e das redes sociais digitais como forma de se articularem politicamente e de construir uma visibilidade para o seguimento. A visibilidade das vivências de pessoas trans, até pouquíssimos anos, era marcada por um recorte feminino. De acordo com Carla Reis (2013), essa visibilidade evidencia-se de fato somente a partir de 2011, com a publicização de experiências como as de João Nery<sup>18</sup>. A importância na forma como estes homens estão se organizando politicamente se dá num momento histórico de tensão no debate entre academia e movimentos sociais sobre as fragilidades das políticas afirmativas identitárias (REIS, 2013).

A invisibilidade política, frente a uma história de mais de dez anos do que estou tratando aqui como movimento trans brasileiro, construído e mantido por mulheres transexuais e travestis, resulta na emergência pelos debates políticos, e faz esse debate nascer num momento em que o uso da internet tem mediado intensamente as formas de interação. Mesmo no cenário acadêmico, também há uma escassez de produções sobre a temática. De acordo com Simone Ávila e Miriam Grossi:

São praticamente inexistentes no Brasil, estudos sobre transmasculinidades e que os transexuais masculinos, parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina. (ÁVILA e GROSSI, 2010)

O movimento dos homens trans assume um caráter diferenciado em relação ao movimento de mulheres transexuais. Ele se organiza e se institucionaliza a partir dos espaços acadêmicos e ganha visibilidade a partir da internet. Não pretendo discutir aqui as formas de articulação do movimento de homens trans, mas refletir sobre como esse segmento tem

---

<sup>18</sup> João Nery identificava-se como homem trans, e foi considerado o primeiro a fazer a cirurgia de redesignação sexual no Brasil. Ao publicar o livro *Viagem solitária – Memórias de um transexual 30 anos depois*, uma narrativa sobre sua história de vida, com destaque para os processos que demarcaram o reconhecimento de uma identidade de gênero que não condizia com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, Nery criou uma grande publicidade a partir de sua experiência, e foi convidado para ocupar espaços de debates acadêmicos, dar entrevistas na grande mídia de massas, ocupar espaços no movimento social, bem como alcançou uma grande popularidade nos fóruns online.



contribuído, e também gerado tensões nos debates entre pessoas trans na plataforma.

*Não entendo como a [moderadora de um grupo] aprovou a entrada do [homem trans] no grupo... acho um desrespeito, as demandas deles são outras... se é pq eles são trans, não tem nada a ver, e acho violento ter homens comentando nos tópicos, tudo bem que eles já foram mulheres, mas como vão contribuir?? eles não querem colocar peito, é como se fosse um outro tipo de trans<sup>19</sup>.*

A predominância de homens trans nos espaços da plataforma é visivelmente localizada. A partir de minha imersão no campo, percebi que em grupos criados para debates políticos e que não possuem vinculação com o movimento trans institucionalizado, havia pouca participação e até mesmo aprovação de solicitações de participação. Percebo isso a partir da publicação de diversas postagens nos grupos comentando que não aceitam homens trans. Já nos grupos criados a partir dos fóruns ou associações, há presença e interação, mas a maior mobilização de interações deles na plataforma é a partir de seus perfis pessoais e páginas públicas, o que é justificado por argumentos como os de Samanta.

Apesar da inserção ainda incipiente nos espaços de debates, as negociações são mais evidentes entre homens e mulheres trans, e é percebido uma crescente mobilização por meio de seus discursos reivindicatórios, especialmente por parte das mulheres trans que fazem a chamada “militância de rede social<sup>20</sup>”.

Se de acordo com Berenice Bento (2011), demarcar uma identidade é o que menos importa, já que as marcas identitárias são abertas e problematizáveis, no cenário das disputas políticas mediadas pelas interações online essas marcas são intensamente discutidas, e funcionam como um dispositivo que delimita lugares de existência, tencionando o próprio campo de luta das pessoas trans.

É notório que partir de uma concepção fechada de identidade não dá conta da multiplicidade de experiências de gêneros dissidentes, no entanto, ele se torna ponto de partida de disputas políticas no segmento trans.

---

<sup>19</sup> Samanta, em conversa privada, em 11 de maio de 2015

<sup>20</sup> Termo utilizado na plataforma pra referir-se a pessoas trans que fazem das interações online espaços de militância. Boa parte dessas pessoas tem ou tiveram uma vivência acadêmica e são pouco valorizadas enquanto militantes pelo movimento institucionalizado.



Sei que somos iguais e temos reivindicações comum, mas nossas vivencias são diferentes, eu não vou permitir q essas meninas me digam q não sou trans, so que pode dizer isso sou eu mesmo (...) Precisei sair de casa pra me assumir, não vou permitir que aqui na internet, que ninguém é nada meu, me digam como tenho que ser, ser trans é resistência ate diante das minhas irmãs, nunca pensei q diria isso mas e verdade<sup>21</sup>.

Cabe pensar aqui que o que se entende por ser trans passa pela noção de estereótipos como descritores potentes, simplificados, a-históricos e que tendem a reproduzir a ordem hegemônica. Notadamente, esses estereótipos são marcados pelas concepções produzidas pelo saber médico e pela visibilidade das mulheres trans que estão inseridas no movimento social, além daquelas já discutidas por meio das produções científicas. Se, por um lado, boa parte da produção acadêmica, especialmente em torno das ciências humanas, tem discutido a multiplicidade das experiências trans e vem trazendo para a cena debates como o da despatologização (BENTO e PELÚCIO, 2012), o fato de muitas/os pesquisadoras/es terem entrado em contato com suas informantes de pesquisa tomando como ponto de partida vias como a prostituição, no caso de travesti e hospitalar, no que toca às transexuais, se somou a visão bastante arraigada de senso comum de que travestis estão ligadas ao mercado do sexo e transexuais desejam operar-se pelo repúdio que têm à sua genitália. Essa percepção parece reforçar o argumento para algumas mulheres trans de que a prostituição, por exemplo, é uma vivência que legitima um lugar trans. No entanto, a constância com que a “pista”<sup>22</sup> apareceu em diversos trabalhos acadêmicos, e inclusive foi tomada como ponto de partida em várias etnografias, tem a ver com a frequência com que ela era mencionada na fala das pessoas trans enquanto um lócus comum àquelas vivências, o que demonstra que a “pista” enquanto um lugar de reconhecimento de si e de pertencimento tem muito mais a ver com um senso comum como construtor de lugares sociais a partir da reprodução e reiteração de lugares às margens, provocador pela incompreensão dessa experiência de gênero.

Levando em consideração o caráter difuso das interações mediadas digitalmente, e as entendendo como um lócus potencial para a

<sup>21</sup> Gisele em conversa privada no dia 03 de junho de 2015

<sup>22</sup> Termo utilizado para referir-se aos locais de prostituição em meio aberto – praças, ruas, avenidas, etc. (PELUCIO, 2005; DUQUE, 2009)



proliferação de ideias, ideologias, atividades, ações e intervenções, diversas outras pessoas também compõem esse cenário virtual, tais como militantes de outros movimentos sociais, feministas, estudantes universitárias/os, entre outras que se interessam pelas questões postas no debate. Há um cenário político que se desenrola fora da rede, mas que repercute diretamente nela, e que acaba por nortear concordâncias e discordâncias nas discussões suscitadas, além de aproximar ativistas de outros campos identitários que se mostram simpáticos às ideias formuladas e propostas por meio das postagens de pessoas trans mais ativas digitalmente. As mesmas pessoas trans que interagem nos tópicos e páginas direcionadas para vivências trans, também identificam-se com outros espaços virtuais, sejam eles políticos ou que expressam adesão a estéticas específicas no campo das artes, tais como o movimento negro, feministas, transfeministas, discussões a partir de uma posição partidária ou de variados estilos musicais, entre outros. Essa interseccionalidade de temáticas, somada à variedade de atores, e a multiplicidade de vivências trans, torna os debates e as dinâmicas ainda mais complexas.

As disputas em torno do que deve ser prioridade como demanda (acesso às cirurgias, hormonoterapia, criminalização da homofobia, troca de documentos, acesso ao trabalho formal etc.) denunciam o lugar fronteiriço no qual estas identidades são gestadas, afinal demanda-se, muitas vezes direitos básicos como saúde, educação e segurança. Na produção de novas identidades encontram-se discursos que politizam as questões de gênero e sexualidade marcando a emergência de uma luta que busca dar conta da multiplicidade de vivências das pessoas que se autodenominam trans. Este cenário põe em xeque as assimetrias dentro do movimento trans dentro e fora das discussões online, forçando as fronteiras institucionais que, muitas vezes, hierarquizam demandas criando prioridades para a luta. Assim, observa-se uma crescente disputa nos discursos reivindicatórios dentro da plataforma, que mobiliza tópicos, discussões, compartilhamentos, curtidas, e muitos debates. Pessoas nomeadas como cisgênero também compõem esse cenário de debates, e tornam ainda mais visível as demandas políticas das pessoas trans, e as reivindicações por lugares de existência social e vidas menos precárias. O conceito “Vidas Precárias”, discutido por Judith Butler (2006) refere-se



àquelas vidas vividas em terreno hostil, cuja socialização foi marcada pelo rechaço social. Richard Miskolci (2011), discorre sobre o conceito: “Vidas precárias seriam a de todos/as que aprenderam a se compreender a partir da injúria, da experiência de serem ofendidos por estarem sob a suspeita ou serem comprovadamente sujeitos fora da norma heterossexual.” (MISKOLCI, 2011, p.52).

Nesse cenário, as pessoas cisgênero têm um papel importante, ainda que apenas como pauta nos tópicos, ou argumento que deslegitima a participação nos debates a partir de um processo identificatório. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), trata-se de pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento, ou ainda que localizaria-se como uma oposição ao termo “transgênero”. O termo encontra-se em um campo de intensas disputas. Alguns/algumas teóricos/as Queer o rejeitam sob a justificativa de que seria um conceito que surge para dividir e que pouco contribui para refinar o debate sobre corporalidades, deixando de problematizar a abjeção que toca outros corpos também recusados socialmente como de pessoas gordas, com deficiências físicas entre outros que não conseguem fruir os privilégios de serem percebidos como ajustados. Há também a crítica relativa à forma como o conceito vem sendo empregado de forma acusatória, criando mais uma relação binária em torno das nomenclaturas de gênero (cisgênero – transgênero). Tal termo identificatório surge em alguns contextos como uma forma de demarcar um lugar de normalidade, e em outras como um termo acusatório, delimitador de falas.

A participação ativa de pessoas chamadas de cisgêneras nesses debates em muito tem a ver com a relação de proximidade que alguns coletivos ou movimentos sociais passam a ter ao dialogar em espaços comuns dentro da plataforma. A possibilidade de compartilhamento, e a consequente propagação de postagens também gera um alcance para além das pessoas trans, trazendo novos sujeitos para as discussões.

## Considerações Finais



Fazer mobilização política e ativismo tem a ver, primeiramente, com conseguir falar, independente das suas gramáticas. Falar e poder ser ouvido/a, ter sua fala e sua demanda legitimada.

Percebi, por meio desta pesquisa, que o “poder falar” é um signo atravessado por diversas variáveis, e mais centralmente, pelo questionamento sobre que lugar e que identidade é reivindicada.

Se por um lado, militantes trans puderam ser ativas nos processos de diálogo com o Estado em torno do avanço de Políticas Públicas para pessoas trans, por outro, as ativistas trans que atuam por meio das redes sociais se expõem através de narrativas para dizer que existem e que querem usufruir do seu direito de existir. O campo está posto, e as tensões também. Seja por lugares de fala ou de existência. Seja pelo direito à uma identidade normativa, ou pelo direito de sequer precisar assumir uma identidade

Por meio das reflexões suscitadas neste artigo procurei refletir sobre as múltiplas identidades encontradas no campo, e sobre como essas têm demarcado lugares de fala e de luta, dentro de um contexto de tensões e disputas. Procurei elencar as categorias identitárias dispostas na arena, e sob quais discursos elas têm se constituído e encontrado pertencimento no que compreendem por ser pessoa trans.

Talvez, desde as lutas feministas dos anos de 1960 e 70, não tenhamos visto tamanha interação, o que não elimina as tensões, entre movimento social, ativismo político e academia. O trânsito dos conceitos, o tráfico das teorias, a proposição de termos tem vindo desses campos distintos, mas relacionados, informando olhares, oferecendo outras gramáticas capazes de alargar os limites binários das proposições heteronormativas, este mesmo um conceito traficado grandemente, e que ilustra como temos nos deparado com outro vocabulário que nos desafia, mas também afia a escrita e provêm outros termos para se falar de si, para se constituir subjetivamente para além do rechaço e da vergonha.

As falas de pessoas trans em redes sociais digitais, têm possibilitado, mesmo com todas as disputas apontadas aqui, que estas pessoas possam falar de si, produzir conhecimento sobre suas



experiências, trocar informações, inspirar outras, provocar agentes do Estado, desafiar com suas narrativas diárias as persistente normas de gênero e sexo que tem, até hoje, dificultado, quando não, inviabilizado suas existências.

## Referências

- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis.
- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 231p.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In.: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 79-110.
- BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20 n.2, 2012.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- CARVALHO, Mário. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*”: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil.



2015. 261f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Porto Alegre: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em:

KULICK, Don. *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume. 2011. 240 p.

MISKOLCI, Richard. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

MONZELI, Gustavo Artur. *Em casa, na pista, na escola, é tanto babado: Espaços de sociabilidade de jovens travestis*. 2013. 89f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional), Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2013.

OLIVEIRA, João Manuel de. Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. *ex æquo*, n.º 38, 2018. p. 9-16.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. Vivências não-binárias na contemporaneidade: Um rompimento com o binarismo de gênero.



*Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11.* Florianópolis, 2017. p. 1-10.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. 264p.

PERES, William. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania.* 2005. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

REIS, Carla Freitas dos. Encontro de homens trans do norte e nordeste – da Invisibilidade ao primeiro encontro. *Anais do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero.* Natal, 2013. 3363p.

SILVA, Hélio. *Travesti: A invenção do Feminino.* Rio de Janeiro: Relume-Duramá: ISER, 1993. 176p.

## Bafões Online: Disputed Identities Or How Many Trans Experiences Can Be Found In A “Search”

**ABSTRACT:** This article is the result of reflections on the key to identity disputes, in the context of the experiences of people who dissolve in gender and sexuality. To this end, I start from research that had as a central objective the understanding of the way in which trans people have appropriated online spaces for interaction in order to foster political debates, and weave networks of solidarity and sociability. To this end, I start with the investigation of the proliferation of these spaces, taking as a starting point a group from an online platform, (but not just staying there), considering not only the number of members in the group, but mainly the themes frequently discussed and the active participation of a large number of participants in the discussions. I used multisituated ethnography as a theoretical-methodological contribution, especially with regard to the intersection between on and offline interactions, considering that access to new technological possibilities and new spaces for discussion, associated with social and political transformations tend to modify the way in which trans people experience the meanings attributed to being and to become trans people.

**KEYWORDS:** Queer Theory. People Trans. Sociabilities. Identities

***Késia Maria Maximiano de MELO***

*Universidade Federal de Santa Maria*

*Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL (2011); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2016); Doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2021); Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.*

*E-mail: kesia\_maximiano@yahoo.com.br*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1397-2688>*

*Recebido em: 09/07/2022*

*Aprovado em: 01/12/2022*